



Proposta nº 5/PEV/2019

Rejeição da transferência de competências para o Município de Lisboa

Considerando que:

I) A Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) e a Lei nº 51/2018, de 16 de Agosto (Altera a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro) vieram evidenciar o subfinanciamento do Poder Local e a transferência de encargos em diversas áreas.

II) Estas leis representam também um conjunto de sérios problemas e dificuldades à gestão municipal e, consequentemente, à resposta aos problemas das populações.

III) Descentralizar deve ser dotar as autarquias locais de mais autonomia, de maior capacidade para dar resposta aos problemas locais e de promover uma maior participação das populações, respeitando a integridade do serviço público.

IV) A descentralização de competências deve ser acompanhada de um processo ponderado, amplamente consensualizado entre as partes envolvidas, que seja territorialmente equilibrado e que se faça acompanhar dos recursos financeiros adequados e, sobretudo, que tenha como objectivo dar uma melhor resposta às necessidades das populações.

V) O que está em causa com a proposta de transferência de competências em curso é uma clara tentativa de desresponsabilização do Governo, incluindo em áreas que incidem sobre direitos que a nossa Constituição elege como Direitos Fundamentais, como a educação, exactamente para que os cidadãos tenham as mesmas condições de acesso, independentemente da sua situação geográfica e das condições financeiras dos respectivos municípios.

VI) Existem determinadas áreas que não são transferíveis para os municípios e não podem deixar de estar sob a tutela e a responsabilidade da Administração Central, para que todos os cidadãos possam ter igualdade de acesso aos direitos que essas áreas incorporam. Ora, em bom rigor, o que se está a estimular e a promover com esta proposta de descentralização é a fragilização das funções sociais do Estado e a real hipoteca da garantia da universalidade dessas funções.

VII) Um processo de descentralização não deve, nem pode ser confundido com uma simples transferência de encargos ou deslocalização da tutela e deve respeitar em primeiro lugar a autonomia do Poder Local e ter como propósito central a melhoria da qualidade de vida das pessoas, o que é inseparável da valorização dos serviços públicos.

VIII) Ao respeitar-se a coesão territorial nacional, não se pode aceitar que se criem condições para o agravar de desigualdades entre as autarquias locais e este é um dos riscos que está presente neste processo de transferências.



IX) Acresce que, para a concretização de uma descentralização efectiva, é necessária a criação das Regiões Administrativas, enquanto elemento crucial à delimitação de responsabilidades entre os diversos níveis de administração e à defesa da autonomia dos nossos municípios e das nossas freguesias.

X) Diz-nos a experiência que, em regra, mais do que competências, se transferem encargos, pelo que se deve exigir uma avaliação rigorosa dos meios necessários, obrigando também à consagração de garantias futuras no que respeita ao regime financeiro.

XI) Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Lisboa deve tomar posição no sentido de recusar um processo que se apresenta contrário aos interesses da cidade e da população.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista Os Verdes delibera comunicar à DGAL:

1 - Rejeitar a transferência de competências para o Município de Lisboa, em 2019, das competências previstas no Decreto-lei nº 72/2019, de 28 de Maio, no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afectas à atividade portuária.

Mais delibera:

2 - Empenhar-se na concretização de um processo de descentralização que considere a criação de regiões administrativas como previsto na Constituição da República Portuguesa, a reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações, mas também encetar um processo com vista ao cumprimento da Lei das Finanças Locais para o exercício pleno das actuais atribuições do Poder Local e competências dos seus órgãos.

3 - Proceder à avaliação e reconhecimento das competências adequadas ao nível municipal, no âmbito do processo de transferência de novas competências da Administração Central, não comprometendo a universalidade das funções sociais do Estado, e contemplando a transferência dos recursos e meios financeiros em conformidade com o preceituado na Constituição da República Portuguesa e na Lei das Finanças Locais.

Assembleia Municipal de Lisboa, 23 de Julho de 2019

O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”

Frederico Lira

J. L. Sobreda Antunes